

CINEMA, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DE FILMES

Emerson Ramalho Cabral¹

Resumo

O presente trabalho é um extrato mínimo de uma pesquisa que vem sendo realizada para o Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, sob a orientação do Professor Doutor José de Sousa Miguel Lopes, com o título “Cinema brasileiro nas escolas: a exibição de filmes na escola pública de educação básica após a Lei 13.006/2014”. Neste extrato (que se tornará um capítulo da dissertação) tivemos como objetivo refletir sobre a escolha de filmes a serem utilizados dentro das escolas, levando em consideração o possível potencial ideológico dos mesmos. Optou-se por uma revisão de literatura que contemplasse autores e publicações que se ocuparam do uso do cinema na educação, e ainda da questão da ideologia concebida a partir de uma perspectiva marxista. Observou-se que uma obra cinematográfica pode ser disseminadora de idéias, normas, modelos e valores que podem se configurar como algo prejudicial caso não seja vista criticamente. Conclui-se assim, que a seleção de filmes para se utilizar como objeto de análise nas escolas deve ser consciente e criteriosa, pois muitos filmes, especialmente os que fazem parte da chamada indústria cinematográfica trazem características que se não analisadas, podem ser prejudiciais ao processo educativo.

Palavras-Chave: Cinema; Educação; Marxismo; Ideologia.

Abstract

The present work is a minimal extract of a research that has been carried out for the Masters in Education of the State University of Minas Gerais - UEMG, under the guidance of Professor José de Sousa Miguel Lopes, entitled "Brazilian Cinema in Schools: the screening of films in the public elementary school after Law 13,006/2014. " In this extract (which will become a chapter of the dissertation) we aimed to reflect on the choice of films to be used within the schools, taking into account their possible ideological potential. It was decided to

¹ Emerson Ramalho Cabral – Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG - 2017/19). Licenciado em Filosofia (Claretiano 2011) e Bacharel em Cinema (UNA 2013). Professor da rede pública do Estado de Minas Gerais. E-mail: toquefilmes@gmail.com.

review literature that included authors and publications that dealt with the use of cinema in education and also the question of ideology conceived from a Marxist perspective. It has been observed that a cinematographic work can be disseminating ideas, norms, models and values that can be configured as something harmful if not seen critically. We conclude that the selection of films to be used as an object of analysis in schools must be conscious and judicious, since many films, especially those that are part of the so-called film industry, have characteristics that, if not analyzed, can be harmful to the process educational.

Keywords: Movies; Education; Marxism; Ideology.

Introdução

É reconhecido o fato de que a educação escolar tem sido alvo de muitos olhares. Especialmente porque, é grande o número de pessoas que depositam nela a sua confiança. A confiança de que a escola é o ponto de partida para a construção de uma vida melhor. Segundo Rossi (1980), existe uma espécie de crença na educação escolar, sendo a mesma considerada como uma das maneiras mais eficazes de se combater os problemas sociais. Ela (a educação escolar) é entendida até mesmo como uma espécie de caminho para a ascensão social. Cabe a escola formar as pessoas, inseri-las no meio social e prepará-las de diversas maneiras. Rodrigues (2001) nos lembra que a educação é complexa e não somente a formação externa, que somos levados a fornecer ao educando preparando-o para a vida social da forma que desejamos.

Ora, educar não é somente isso. No segundo plano, educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como ser humano. A Educação possibilita a cada indivíduo que adquira a capacidade de auto-conduzir o seu próprio processo formativo. (RODRIGUES, 2001, p.241).

Assim, entende-se a educação como um instrumento que deveria munir os educandos de uma capacidade de julgar a realidade que o cerca e a partir deste julgamento é que eles seriam capazes de construir sua própria existência no mundo de maneira autônoma e independente. No entanto, a educação escolar é requer a atenção para muitos de seus aspectos. Como exemplo, vale lembrar que a escola não é imune aos interesses (e muito

menos aos problemas) que sociedade na qual ela se encontra inserida apresentam. A escola não vive uma condição de isolamento. Ela não está livre de ser reprodutora de pensamentos, idéias e concepções de mundo. Também não está livre de ser utilizada como um recurso para a manutenção da ordem vigente. Em outras palavras, os aspectos ideológicos disseminados na e pela sociedade podem estar presentes na educação escolar. Neste contexto, podemos então crer que conceber uma escola que seja capaz de promover o sujeito tornando-o consciente e agente não é tarefa das mais fáceis. Não por acaso as discussões a respeito do currículo, da formação de docentes e de práticas pedagógicas são intensas e constantes. É neste cenário que estas práticas pedagógicas precisam ser pensadas de maneira que não se configurem como mais um instrumento de mascaramento da realidade. Entre estas práticas podemos destacar o uso do cinema. Apesar de seu conhecido potencial para ser utilizado dentro da escola, não podemos negar, que alguns filmes, são carregados de elementos que nos preocupam sempre que refletimos sobre seus aspectos temáticos estéticos e principalmente ideológicos.

Assim exposto, vale dizer que o que aqui nos interessa é refletir sobre a escolha de filmes a serem trabalhados dentro das escolas a partir de uma revisão de autores que se dedicam aos estudos sobre a educação, o cinema (inclusive o encontro entre eles) e a ideologia. É importante ressaltar que o conceito de ideologia com o qual trabalhamos é o que foi concebido a partir de uma leitura marxista. Pensou-se inicialmente sobre a relação existente (já antiga e conhecida) entre cinema e educação, exposta por diversos estudos que mostram o potencial educativo dos filmes, partindo para um segundo momento onde o cinema é visitado em seu potencial ideológico. Finalmente refletiu-se sobre os aspectos que envolvem e/ou devem envolver a escolha de filmes a serem utilizados nas escolas.

Uma obra cinematográfica geralmente é carregada de signos, de história, de interesses, de valores, opiniões entre outros elementos. Além disso, podemos (e talvez devamos) compreender que um filme é uma obra complexa que reúne diversas manifestações artísticas e culturais em um único lugar (músicas, danças, figurinos, cenários, locações etc.). É preciso ainda compreender que nem mesmo o mais singelo som ou porque não a mais “simples” imagem são aspectos que ali estão por acaso, sem nenhuma intencionalidade. É neste sentido, que podemos crer que pensar o cinema de uma maneira consciente, que possa afastar “visões inocentes” e simplificadoras sobre sua forma e conteúdo, (além de sua intencionalidade) pode ser de suma importância para os professores e demais atores da educação que já realizam ou que pretendem realizar sessões de filmes nas escolas com intuito pedagógico. Isso para que esta arte/linguagem possa ser utilizada na educação de

maneira a promover não o aprisionamento, mas sim a emancipação dos educandos. Pois este é sem dúvidas um dos principais (se não o principal) interesses de uma ação educadora verdadeira.

A relação entre cinema e educação

O cinema já está consolidado em nosso cotidiano. Especialmente em tempos de grandes avanços tecnológicos que não só permitem facilitar a exibição de filmes como até mesmo produzi-los. Hoje, qualquer pessoa munida de um equipamento básico pode produzir audiovisual. Há um extenso número de produções disponibilizadas na internet (muitas independentes e outras tantas vinculadas a grandes grupos) e ainda a já conhecida invasão de filmes de origem norte-americana nos cinemas. Neste contexto, podemos crer que especialmente os mais jovens, têm uma intimidade com o audiovisual, especialmente o cinema. Neste sentido, como nos lembra Klammer *et al* (2006), o cinema não pode ficar de fora da educação, até mesmo devido ao seu aspecto politizador.

Pode-se crer que a interface entre cinema e educação já é bem conhecida. Filmes são obras com diversas características que fazem com que tanto em sua forma ou em seu conteúdo possam se constituir como objeto de análise. Embora possamos concordar com Napolitano (2004), quando ele nos diz que o cinema não irá resolver os problemas da educação (principalmente os de ordem motivacional dos alunos), e que ele também não pode substituir outros recursos, podemos crer que o potencial desta mídia, para ser utilizada nas escolas é de certa maneira indiscutível. Não é sem motivo que diversos estudos sobre o tema já foram realizados e deixam bem claro que o uso de filmes pode ser um grande diferencial na escola. Segundo Miranda, Coppola e Rigotti (2005), desde seu surgimento, o cinema já era pensado em seu potencial pedagógico.

A relação entre cinema e educação, inclusive a educação escolar, faz parte da própria história do cinema. Desde os primórdios da produção cinematográfica a indústria do cinema sempre foi considerada, inclusive pelos próprios produtores e diretores, um poderoso instrumento de educação e instrução. (MIRANDA; COPPOLA; RIGOTTI, 2005, p.01).

A presença do cinema nas escolas é um fato que pode ser facilmente constatado. Difícil imaginar, por exemplo, uma escola urbana que não possua recursos mínimos para a exibição de um filme. Difícil também encontrar um professor que não goste de assistir e utilizar filmes em sua prática. Apesar disso, não é claro se estes professores conhecem a fundo os

aspectos que envolvem a escolha e exibição de filmes de maneira que seja menos nociva e mais proveitosa. Neste cenário, a preocupação com o modo como o cinema pode e/ou deve ser utilizado nas escolas é freqüente. Isso porque o seu potencial precisa ser explorado. Se isso não ocorrer, os resultados esperados podem não ser alcançados. Duarte e Alegria (2008) inclusive nos lembram que tradicionalmente o cinema é utilizado nas escolas como se fosse um conteúdo curricular e isso faz com que os filmes sejam desconsiderados em suas qualidades como obra, seus valores e características estéticas. Outro pesquisador que abordou o cinema e seu encontro com a educação em sua tese de doutorado também nos lembra sobre a importância de filmes como tecnologia formadora. Para Felipe (2006), não podemos pensar o uso de filmes apenas como elemento ilustrador, uma e prática complementar nas escolas. Extraímos então que os elementos contidos em um filme precisam ser vistos com olhares atentos. Como enfatizam Miranda, Coppola e Rigotti (2005).

O que é específico do cinema em relação ao conhecimento é que este está contido na imagem, ou melhor, na edição das imagens. Ao considerarmos os conhecimentos e saberes contidos nos filmes, transcendemos o uso do cinema e do audiovisual como ilustração, motivação e exemplo. Queremos trazer para o campo da educação e da didática o estudo de como os filmes, as imagens e os audiovisuais nos educam. Uma educação cultural que possui uma didática construída na tensão política e mercadológica que envolve as produções culturais da nossa sociedade tecnológica (MIRANDA; COPPOLA; RIGOTTI, 2005, p.01).

A escola então pode e deve assumir a responsabilidade de construir uma prática que valorize o cinema, pois ele tem enorme potencial, mas que também o veja sem inocência. Aliás, tudo o que adentra a escola precisa ser analisado, pensado, discutido e debatido de maneira prévia. Lembramos que para Klammer *et al* (2006), se a escola analisar criticamente as mídias (entre elas o cinema que aqui nos interessa particularmente) ela estará propiciando aos estudantes a possibilidade de compreender as ideologias contidas nas mesmas.

As mídias estão na educação há muito tempo. As imagens são de maneira geral, um elemento atraente, que inspira e que desenvolve potenciais, que nos convidam à interpretação. Por outro lado, os sons também nos aguçam e exigem que tenhamos ouvidos atentos. Não podemos fechar os olhos para os recentes avanços no campo audiovisual, até mesmo porque os estudantes fora da escola já possuem acesso a elas (acesso cada vez maior). Se um aluno não assiste a um filme na escola, muito provavelmente ele o fará no shopping ou em outro espaço qualquer. É de grande importância que a escola também se

converta em um espaço para exibição de filmes e que neste espaço, estas obras sejam apreciadas e tomadas como elementos culturais inseparáveis do nosso cotidiano.

Assim, podemos crer que a relação entre o cinema e educação é estreita (tendendo a se estreitar cada vez mais devido principalmente aos avanços tecnológicos e midiáticos). Ambos se situam dentro de um contexto político, econômico e social. Sendo o cinema, uma representação da realidade (ou de aspectos da mesma) a escola se insere diretamente (quando se trata de um filme local), ou indiretamente, quando um filme expõe um conflito de caráter global, como guerras, epidemias, comportamentos etc. Além disso, o cinema pode trazer como elementos, idéias e valores que acabam funcionando como verdadeiros modelos a serem copiados, o que sem dúvida não deixa de nos preocupar, uma vez que estes modelos podem ser nocivos, propiciando uma formação alienante ao invés de libertadora. É neste momento que as ideologias contidas no cinema nos interessam.

Cinema e ideologia

Toda criação humana é inseparável do contexto na qual foi concebida. Seja este contexto político, econômico, histórico, religioso ou moral é ele quem vai influenciar de maneira determinante os traços que esta criação terá. Seus aspectos e características gerais. O cinema, como arte (e, portanto, criação humana) não foge a esta regra. Todo filme, por menos aparente que seja, traz consigo um grande quantidade de idéias que são construídas a partir de uma interpretação. Em outras palavras, um filme, como representação de uma realidade ou até de uma fantasia não é neutro. Pelo contrário, em sua concepção há quase sempre os mais diversos interesses dos mais diversos tipos. Neste sentido, podemos crer que os filmes também podem conter traços ideológicos.

Segundo Chauí (2008), o termo ideologia apareceu após a Revolução Francesa, trazido por pensadores materialistas que recusavam a origem invisível das idéias humanas.

O termo ideologia aparece pela primeira vez na França, após a Revolução francesa (1789), no início do século XIX, em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments de l'Idéologie* (Elementos de ideologia). Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Destutt de Tracy pretendia, elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. (CHAUÍ, 2008, p.25).

Um estudo mais aprofundado poderia nos mostrar que o termo ideologia é aplicado em diversos campos e sentidos (conjunto de idéias, orientação política, religiosa etc.). No

entanto, na concepção marxista (que aqui nos interessa expor) o conceito de ideologia se apresenta de maneira diferente, como algo negativo. Chauí (2008), nos mostra, que a ideologia é resultado de uma prática social, que faz com que as idéias da classe dominante passem a ser as idéias de todas as classes. Assim entendida, a ideologia é um conjunto de idéias e normas que a sociedade deve seguir. É a tentativa de mascarar a realidade e com isso mascarar as diferenças que existem, as desigualdades sociais, a separação social em classes. A ideologia busca fazer com que todos os membros de uma sociedade compreendam, assimilem normas e idéias, para que possam naturalizar as diferenças sociais, passando a vê-las como algo natural, passíveis de entendimento racional e ainda como algo necessário e o pior, inevitável.

A lógica ideológica só pode manter-se pela ocultação de sua gênese, isto é, a divisão social das classes, pois, sendo a “missão” da ideologia dissimular a existência dessa divisão, uma ideologia que revelasse sua própria origem se autodestruiria. Por essa razão, a ideologia deve fabricar teorias a respeito da origem da sociedade e das diferenças sociais de modo a poder negar sua origem verdadeira. (CHAUÍ, 2016, p.247-48).

Nesta mesma linha de pensamento, Marcondes (2001), nos mostra que a ideologia é produto da desigualdade social. É uma forma de dominação (como visto antes de uma classe sobre a outra), forma esta que leva, através de certos mecanismos, a uma consciência falsa, ilusória. Entre os mecanismos que nos dias atuais, podemos considerar como potenciais disseminadores destas ideologias encontram-se as mídias. De acordo com Kellner (2001), há uma cultura disseminada pela mídia que nos fornece diversos modelos que acabam por propiciar a própria construção da nossa identidade. A mídia seria responsável por criar e difundir aquilo que supostamente seria comum para todos nós, a norma que devemos seguir, e entre estas mídias está o cinema. Assim, um produto audiovisual seja ele de ficção, ou documental, traz consigo um considerável número de signos que nos dizem muita coisa. Além disso, estes filmes também podem assumir o caráter de produto, uma vez que foram concebidos em um sistema em que o interesse pelo lucro é evidente. Não por acaso, filmes realizados dentro de um padrão como este são conhecidos como filmes industriais, pois seu processo de produção muito de assemelha ao que ocorre nas fábricas. Eles se encaixam no que ficou conhecido como indústria cultural.

De acordo com Santos (2014), o termo indústria cultural foi criado pelos frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer e com esta criação eles quiseram mostrar como a cultura se tornou também uma mercadoria. Assim, podemos crer que massificando e

padronizando a arte, ela se torna industrial, carregada de estereótipos e sempre de maneira a buscar um público fiel. Ainda para Santos (2014), os produtos desta indústria cultural teriam como objetivo principal evitar que as pessoas (o público que as consomem) tivessem um pensamento autônomo, crítico. Estabelecendo assim um domínio sobre a sociedade. Nas palavras dos próprios pesquisadores de Frankfurt encontramos elementos que nos fazem refletir sobre o potencial nocivo que está embutido em produtos culturais de caráter industrial, especialmente quando falam sobre o cinema.

Cada filme é um *trailer* do filme seguinte, que promete reunir mais uma vez sob o mesmo sol exótico o mesmo par de heróis; o retardatário não sabe se está assistindo ao *trailer* ou ao filme mesmo. O caráter de montagem da indústria cultural, a fabricação sintética e dirigida de seus produtos, que é industrial não apenas no estúdio cinematográfico, mas também (pelo menos virtualmente) na compilação das biografias baratas, romances-reportagem e canções de sucesso, já estão adaptados de antemão à publicidade: na medida em que cada elemento se torna separável, fungível e também tecnicamente alienado à totalidade significativa, ele se presta à finalidades exteriores à obra. O efeito, o truque, cada desempenho isolado e receptivo foram sempre cúmplices da exibição de mercadorias para fins publicitários, e atualmente todo *close* de uma atriz de cinema serve de publicidade de seu nome, todo sucesso tornou-se um *plug* de sua melodia. Tanto técnica quanto economicamente, a publicidade e a indústria cultural se confundem. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.135).

A partir do exposto, somos levados a crer que filmes que se enquadram no que ficou conhecido como sendo a indústria cultural possuem um potencial nocivo, na medida que, ao invés de promoverem a liberdade do pensamento o aprisiona em uniformizações. É neste momento também que podemos pensar o cinema em seu potencial ideológico, uma vez que através da difusão de idéias, normas e valores, ele pode não só ocultar diversos aspectos da vida social, bem como justificar e mascarar as desigualdades e a divisão social de classes. A partir do reconhecimento deste potencial ideológico, podemos crer que quando escolhemos uma obra cinematográfica para se trabalhar nas escolas, estamos necessariamente em frente à necessidade de pensar esta obra de maneira prévia. Isso para que não corramos os riscos de ao invés de educar, promover um ato que leve à alienação do sujeito que aprende.

Reflexões sobre a escolha dos filmes

A LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996), desde seu surgimento já previa a educação como um processo que incluía as manifestações culturais. Ela também nos diz que o objetivo é uma

formação abrangente da pessoa humana que deveria ser preparada para o exercício da cidadania. A partir do exposto já poderíamos crer que o cinema teria certa importância neste contexto uma vez que se constitui como uma importante manifestação cultural, pois nenhuma obra é construída fora de sua realidade política, econômica e social.

Há muito tempo a escola brasileira vem utilizando filmes. Não é difícil encontrar inclusive, escolas que possuem um pequeno acervo à disposição dos professores. Também não é difícil observar que em muitos casos (para não dizer na maioria), grande parte desses filmes são de origem estrangeira, mais especificamente filmes americanos. Assim, diversos filmes que muitas das vezes os alunos já assistiram fora da escola, adentram o espaço escolar. Filmes que foram sucesso de bilheteria, e que, embora sejam velhos conhecidos, não mostram a nossa realidade, pois foram concebidos em outro país. Apesar disso, devido à histórica invasão do filme americano, já estamos bastante familiarizados com eles. Muitos professores também são “íntimos” desses filmes, pois quando ligam a televisão, a internet, ou ainda quando vão ao cinema, são eles que estão disponíveis e são os que foram amplamente divulgados. É como se o famoso jeito americano de viver (*american way of life*) fosse inevitavelmente o que vivemos ou desejamos viver.

É a partir da modificação da referida LDB e o acréscimo do oitavo inciso ao seu artigo 26 que outro panorama surge. Pois a Lei nº 13.006 de 26 de junho de 2014 passou a obrigar a exibição de filmes brasileiros nas escolas de educação básica por ao menos duas horas mensais. Enfim, o cinema nacional, muitas das vezes esquecido dentro de seu próprio espaço e esmagado pelo produto internacional teria mais um encontro com seu público. Para Reis Júnior (2010), que em sua tese de doutorado abordou também as questões que colocavam o cinema brasileiro em condição marginal, é exatamente esta invasão do filme norte-americano que promoveu a separação entre o povo brasileiro e seu cinema.

A Historicamente, uma das razões que nos permite compreender o afastamento de parcela expressiva do público brasileiro de sua própria cinematografia foi a construção da hegemonia norte-americana no mercado cinematográfico mundial, que permitiu a difusão massiva do cinema industrial trazendo implicações para o desenvolvimento dos cinemas nacionais. Esta hegemonia deixou um pequeno espaço para os filmes brasileiros que se tornaram, em grande medida, desconhecidos de seu público. (REIS JÚNIOR, 2010, p.14).

Mas este novo panorama desenhado pela nova lei trouxe consigo muitos questionamentos, pois como se observa não há um cenário claro de como esta lei pode ou como deverá ser cumprida. Neste momento surgem muitas propostas e reflexões. Entre elas pode-se destacar

a recente intervenção de pesquisadores acadêmicos, cineclubistas e produtores que resultou em uma publicação sobre o tema. Esta publicação teve o intuito de contribuir com a regulamentação da lei que obriga a presença do cinema brasileiro nas escolas de educação básica e foi produzida em versão impressa e virtual, estando disponível na *internet*. Cada artigo presente na revista abordou o tema em uma perspectiva bastante inovadora. Sempre buscando apontar caminhos para a aplicação da lei 13.006. Mostrando possibilidades e também os desafios que ela traz consigo. Segundo Fresquet e Migliorin (2016), após nos situar em relação a toda história de tramitação da lei 13.006, nos dizem que esta pode de fato democratizar o acesso aos filmes brasileiros e aproximar cinema e comunidade escolar.

A lei cria a possibilidade da escola garantir o acesso a toda criança – e famílias – escolarizada ao cinema, mas, mais do que isso, a possibilidade de acesso aos sistemas de expressão e signos, blocos de idéias e estéticas marginalizadas pelo mercado e pelo sistema oligopolista de exibição. (FRESQUET; MIGLIORIN, 2016, p.09).

Embora os autores enfatizem a importância e aplicabilidade da lei, reconhecendo seus benefícios, eles também, como um contraponto, expõem certa preocupação. Fresquet e Migliorin (2016), afirmam que o cinema na escola não deve ser um recurso para a formação de público consumidor, no simples intuito de fortalecer o mercado interno. Se assim fosse, mais valeria um bom filme de outra nacionalidade.

Como vimos, o cinema não pode ser parte de uma modelização subjetiva para garantir consumo. Neste sentido, mais vale um bom filme norte-americano, italiano ou iraniano do que títulos nacionais que por vezes nos constroem apenas com o título. Um péssimo filme brasileiro fala muito de nós, é verdade, mas será que é isso que desejamos na escola? (FRESQUET; MIGLIORIN, 2016, p.15).

Ao introduzirem esta preocupação, os autores nos levam a refletir sobre a opção pelos filmes nacionais. Seriam esses os mais adequados? Pois se por um lado o cinema brasileiro teria espaço no cenário educativo, um cinema que como vimos, sempre teve problemas para encontrar espaços de exibição, por outro não poderíamos deixar de pensar sobre qual cinema brasileiro estamos tratando. Sabe-se que temos produções que não se diferenciam muito das estrangeiras, especialmente as advindas de *Hollywood*. Produções que podem ser classificadas como fazendo parte da indústria cinematográfica que tem como interesse primordial criar um público consumidor passivo e ganhar muito dinheiro. Produções que se

encaixam perfeitamente naquilo que ficou conhecido no meio acadêmico, como indústria cultural e que já foi objeto de nossa apreciação.

A reflexão no sentido de se pensar quais filmes e/ou como os filmes serão utilizados em sala de aula nos parece bastante pertinente. Uma escolha errada ou um uso equivocado poderia supostamente trazer ou proporcionar efeitos contrários aos desejados. Somos levados a crer que os filmes, independentemente de sua nacionalidade podem ser nocivos desde que possuam elementos prejudiciais caso não forem analisados criticamente. Esta análise se faz necessária, aliás, é um dever a ser cumprido se desejarmos não o aprisionamento dos nossos alunos e sim sua emancipação, promovendo conforme Freire (1979), uma conscientização que provocaria o desvelamento da realidade. A realidade contida no filme, mas desvelada, continuaria nele, mas agora sem tanto poder. O educador prepararia o educando como sujeito autônomo, ou ainda, como nos disse Freire (1999), colocando o sujeito em postura crítica diante dos problemas com os quais convive. É então que cremos que todo filme escolhido precisa ser visto como obra complexa. Não podendo passar despercebido os mais diversos aspectos que o compõe, sob pena de o estarmos utilizando de maneira prejudicial e deseducativa.

Considerações finais

Ao refletirmos sobre a escolha de filmes para se utilizar nas escolas e analisarmos o cinema em seu potencial ideológico, observamos que uma obra cinematográfica pode ser disseminadora de idéias, normas, modelos e valores que podem se configurar como algo prejudicial caso não seja vista criticamente. Especialmente quando esta obra foi concebida como uma mercadoria, ou para formação de público consumidor, devemos desconfiar dela. Não importa se nacionais ou estrangeiros, filmes com estas características podem iludir e fornecer interpretações distorcidas da realidade. Pode-se considerar ainda que aparentemente não é este tipo de cinema que desejamos ver na escola, pois devemos primar por uma educação que proporcione ao sujeito que aprende autonomia de pensamento e capacidade de criticar a realidade que o cerca. Cremos que o uso de filmes no contexto escolar deve ser criterioso e se preocupar com a forma e o conteúdo, pois um filme não pode ser entendido como uma obra dissociada de sua realidade. Vale lembrar que ele é uma representação e tem muitos aspectos que nos leva a refletir sobre o mundo em vivemos e sobre nós mesmos. Assim, tem-se um enorme panorama para ser explorado quando o assunto é o uso do cinema

na escola. Podemos crer que especialmente neste momento em que se exige a exibição de filmes brasileiros, muitas reflexões teóricas que podem iluminar uma prática mais consciente são necessárias.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996, Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: em 01 mai. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e educação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0245.pdf>>. Acesso em em 10 jun. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos; 13. (9ª impressão da 2ª Ed de 2001). São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUARTE, Rosália; ALEGRIA, João. **Formação estética audiovisual**: um outro olhar para o cinema a partir da educação. Rio de Janeiro/Rio Grande do Sul: Ver. Educação e Realidade, 2008. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6687>>. Acesso: em 10 jul. 2016.

FELIPE, Marcos Aurélio. **Cinema e educação**: interfaces, conceitos e práticas docentes. 2006. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, meios de comunicação e educação. Natal, RN, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire** / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRESQUET, Adriana; MIGLIORIN, Cezar. **Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a lei 13.006/14**. In: FRESQUET, Adriana et al. (Org.). **Cinema e educação**: a lei 13.006, reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: UNIVERSO PRODUÇÃO, 2016. 215 p. Disponível em:< http://www.universoproducao.com.br/cineop/10cineop_2015/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf>. Acesso: em 03 jul. 2016.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 454p.

KLAMMER, Celso Rogério. *et al.* **Cinema e educação: possibilidades, limites e contradições**. Trabalho apresentado no III Simpósio Nacional de História Cultural, 2006, Florianópolis: UFSC, 2006. p. 872-882. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/setimaarte/images/pdf/cinema-e-educac3a7c3a3o-possibilidades-limites-e-contradic3a7c3b5es.pdf>>. Acesso em em 02 jun. 2017.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque; COPPOLA, Gabriela Domingues; RIGOTTI, Gabriela Fiorin. **A educação pelo cinema**. Rev. Cinema e educação, 2005, fae.ufmg.br. Disponível em:<<http://www.fae.ufmg.br/setimaarte/images/pdf/miranda-cea-educ-cinema1.pdf>>. Acesso: em 10 jan. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.249 p.

REIS JUNIOR, Antônio. **Cinema brasileiro na escola pública**: reconhecimento na diferença. 2010. 196 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, SP, 2010.

RODRIGUES, Neidson. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 76, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n76/a13v2276.pdf>>. Acesso em em 10 jun. 2017.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e educação**. 2ª. ed. São Paulo: Moraes, 1980. (Capítulo 1, Messianismo Educacional e Conservadorismo, p. 17-33).

SANTOS, Tamires Dias dos. **Theodor Adorno**: uma crítica à indústria cultural. Rev. Trágica, 2014-vol. 7 – nº 2 – p. 25-36. Disponível em:< <http://tragica.org/artigos/v7n2/santos.pdf>>. Acesso: em 07 jul. 2016.